a continuação da licença sem vencimento para acompanhamento do cônjuge colocado no estrangeiro até 30 de Abril de 2006, nos termos do artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Abril de 2005. — A Directora de Serviços, por delegação do Presidente, *Ana Paula Rodrigues*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Direcção Regional da Economia do Alentejo

Despacho n.º 9132/2005 (2.ª série). — Por despacho do director regional de 11 de Abril de 2005:

João Paulo Faria Malheiro, técnico de 1.ª classe, da carreira técnica, do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Alentejo do Ministério da Economia — reclassificado para a carreira técnica superior, na categoria de técnico superior de 2.ª classe, em lugar vago do quadro de pessoal da mesma ex-Direcção Regional, após parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, ficando posicionado no escalão 1, índice 400.

11 de Abril de 2005. — O Director Regional, *José João Mouzinho Serrote*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas

Despacho n.º 9133/2005 (2.ª série). — O artigo 8.º do Regulamento (CE) n.º 21/2004, do Conselho, de 17 de Dezembro de 2003, estabelece que, a partir de 9 de Julho de 2005, a autoridade competente de cada Estado membro deve criar uma base de dados informatizada relativa ao efectivo ovino e caprino, em conformidade com o n.º 1 da parte D do seu anexo.

Acresce que, para o pagamento único directo respeitante a ovinos e caprinos, a identificação individual constitui um dos requisitos de elegibilidade para o pagamento do prémio dos animais nascidos após 9 de Julho de 2005, cujos pedidos de ajuda ocorrerão no 1.º trimestre de 2006.

O Decreto-Lei n.º 338/99, de 24 de Agosto, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 24/2001, de 30 de Janeiro, 203/2001, de 13 de Julho, e 99/2002, de 12 de Abril, estabeleceu o regime de identificação, registo e circulação de animais das espécies bovina, suína, ovina, caprina e equina, que previa diversas medidas para controlo da movimentação daquelas espécies animais, entre as quais se incluía, relativamente aos bovinos, uma base de dados informatizada.

É, assim, urgente a alteração daquele diploma legal, de forma a dar cumprimento ao determinado no citado regulamento, criando-se a base de dados nele prevista, atribuindo-se a competência para a sua gestão e tipificando-se as sanções pelo incumprimento das obrigações impostas pelo mesmo aos detentores de animais das espécies ovina e caprina.

Não sendo possível a publicação do diploma legal de alteração em tempo útil, sem prejuízo que a mesma venha a acorrer com a maior brevidade possível, é desde já necessário atribuir competências para a concepção, criação e gestão da base de dados informática prevista no Regulamento (CE) n.º 21/2004.

A base de dados a criar tem alguma similitude com a do Sistema Nacional de Identificação e Registo de Bovinos (SNIRB), criado pelo já citado Decreto-Lei n.º 338/99, de 24 de Agosto, não obstante as particularidades das espécies ovina e caprina reconhecidas pelo citado Regulamento (CE) n.º 21/2004 e nele consagradas.

Assim, é aconselhável que a base de dados nacional informatizada e centralizada relativa ao efectivo ovino e caprino seja criada utilizando a plataforma SNIRB.

Assim, determino o seguinte:

1 — O Instituto Nacional de Garantia Agrícola (INGA) criará e manterá uma base de dados nacional informatizada, adiante designada por SNIRA — O/C, de acordo com o modelo em vigor para o Sistema Nacional de Identificação e Registo de Bovinos (SNIRB), nomeadamente

damente através da utilização da rede de postos informáticos e postos de atendimento já existentes.

2 — O SNIRA — O/C deve conter e manter actualizadas todas as informações previstas nos n.ºs 1 e 2 da parte D do anexo do Regulamento (CE) n.º 21/2004, do Conselho, de 17 de Dezembro de 2003, bem como a identificação individual dos ovinos e caprinos.

3 — O SNIRA — O/C deve estar plenamente operacional:

- Em 9 de Julho de 2005, para registo das informações previstas no n.º 1 da parte D do anexo do Regulamento (CE) n.º 21/2004, do Conselho, de 17 de Dezembro de 2003;
- Em 1 de Janeiro de 2006, para registo das informações previstas no n.º 2 da parte D do anexo daquele regulamento e da identificação individual dos ovinos e caprinos.

4 — A Direcção-Geral de Veterinária (DGV), na sua qualidade de autoridade sanitária veterinária, deve:

- Fornecer, no prazo de 15 dias a contar da assinatura do presente despacho, as especificações para a execução do previsto no n.º 3, alínea a), bem como a documentação de suporte para a recolha da informação prevista no n.º 3;
- Fornecer, até 31 de Maio de 2005, as especificações da informação para a execução do previsto no n.º 3 da alínea b), bem como para o registo da identificação individual e do registo dos abates;
- Aprovar a análise dos módulos no prazo de 15 dias a contar da data da sua entrega pelo INGA.

5 — O INGA deve criar e ter operacional a aplicação SNIRA:

- Até 9 de Junho de 2005, o módulo do SNIRA — O/C a que se refere a alínea a) do n.º 3 deste despacho;
- Até 31 de Dezembro de 2005, os módulos previstos na alínea b) do mesmo n.º 3.

6 — A gestão informática e administrativa do SNIRA — O/C, incluindo a definição e aplicação de mecanismos de segurança, confidencialidade e integridade da informação transportada através da rede e a segurança da integridade e fiabilidade dos dados em produção, compete ao INGA, que deve:

- Assegurar à DGV, bem como às estruturas orgânicas integradas nas direcções regionais de agricultura dela dependentes funcionalmente — direcções de serviços de veterinária e divisões de intervenção veterinária — o acesso por via da *multinet* do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;
- Proceder às necessárias acções de formação dos utilizadores da base de dados e à elaboração de um manual de procedimentos para o recenseamento das explorações/detentores, a aprovar pela DGV, até à entrada em funcionamento dos respectivos módulos.

7 — Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 21/2004, do Conselho, de 17 de Dezembro de 2003, os detentores de animais das espécies ovina e caprina devem, no período compreendido entre 1 de Junho e 9 de Julho de 2005, proceder ao recenseamento da exploração e animais mantidos, incluindo a indicação das parcelas afectas a cada exploração.

8 — A obrigação estabelecida no número anterior, bem como as formas do seu cumprimento, é notificada pelo INGA aos candidatos ao regime de ajudas ao prémio de ovinos e caprinos.

9 — Os detentores de ovinos e caprinos que não se encontrem nas condições previstas no número anterior são notificados da obrigação estabelecida no n.º 7 por edital a afixar pela direcção regional de agricultura, sendo aquela obrigação divulgada ainda pelos meios de informação que sejam considerados adequados.

12 de Abril de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas, *Luís Medeiros Vieira*.

Despacho n.º 9134/2005 (2.ª série). — O Regulamento (CE) n.º 1774/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, veio estabelecer as regras sanitárias relativas aos subprodutos animais não destinados ao consumo humano.

De entre essas regras destacam-se as relativas à classificação, recolha, transporte, eliminação, transformação, utilização e armazenagem intermédia de subprodutos animais.

O Decreto-Lei n.º 244/2003, de 7 de Outubro, veio estabelecer o regime a que ficam obrigadas as entidades geradoras de subprodutos animais, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1774/2002, designadamente no que concerne às regras dele constantes atrás referidas.

No quadro desse regime os estabelecimentos geradores dos subprodutos das categorias 1 e 2 beneficiam de um regime transitório que expira a 21 de Outubro de 2005, através do qual, e mediante

o pagamento de uma taxa, o Instituto Nacional de Garantia Agrícola assegura a recolha, o transporte e a eliminação dos subprodutos das seguintes categorias, caso os referidos estabelecimentos ainda não tenham apresentado o plano previsto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 244/2003.

Este regime transitório pressupõe também, nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 244/2003, a obrigatoriedade de os estabelecimentos de abate e salas de desmancha separarem e pesarem as matérias das categorias 1, 2 e 3 para efeitos de pagamento das taxas e de controlo do destino dos subprodutos.

Não obstante as reiteradas instruções que sobre esta matéria foram transmitidas aos estabelecimentos em causa pelas entidades competentes da Administração, verifica-se, a nível de alguns estabelecimentos, claras insuficiências procedimentais que impossibilitam um adequado controlo dos subprodutos gerados.

Assim, determino o seguinte:

1 — A supervisão da classificação, marcação e selagem dos subprodutos provenientes do abate de animais e ou da desmancha de carcaças em estabelecimentos que produzam matérias da categoria 1 é da responsabilidade dos inspetores sanitários.

2 — A supervisão da pesagem e expedição das matérias das categorias 1, 2 e 3 originadas nos referidos estabelecimentos é da responsabilidade de um agente do Estado destacado para o efeito.

3 — As direcções regionais de agricultura da área da localização dos estabelecimentos em causa designarão, no prazo de cinco dias, para cada estabelecimento, os agentes do Estado mencionados no n.º 2, informando do facto a Direcção-Geral de Veterinária.

4 — A Direcção-Geral de Veterinária fará os ajustamentos necessários no respectivo Manual de Procedimentos e de Boas Práticas, tendo em vista uma adequada execução das medidas ora tomadas, e zelará pelo cumprimento das mesmas.

12 de Abril de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas, *Luís Medeiros Vieira*.

Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura

Despacho (extracto) n.º 9135/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral das Pescas e Aquicultura de 28 de Março de 2005:

Jorge Manuel Morais do Vale Franco, Francisco Manuel Marranita Canato, João Manuel Branquinho Diogo, José Joaquim Ferreira de Albuquerque e Ricardo Alexandre Ministro e Machado Lourenço, inspetores-adjuntos especialistas, da carreira de inspetor-adjunto, do quadro de pessoal da ex-Inspeção-Geral das Pescas — nomeados definitivamente, precedendo concurso, inspetores-adjuntos especialistas principais, da carreira de inspetor-adjunto, do quadro de pessoal da ex-Inspeção-Geral das Pescas, com efeitos à data do despacho, ficando posicionados no escalão 2, índice 410, excepto Ricardo Alexandre Ministro e Machado Lourenço, que fica posicionado no índice 1, escalão 390, considerando-se exonerados da anterior categoria a partir da data da aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Abril de 2005. — Pela Directora do Departamento de Administração Geral, a Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Rita Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 9136/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral das Pescas e Aquicultura de 8 de Abril de 2005:

Álvaro Eugénio Thomaz Reis da Fonseca, inspetor técnico principal da carreira de inspetor técnico do quadro de pessoal da ex-Inspeção-Geral das Pescas — nomeado, precedendo concurso, inspetor técnico especialista da carreira de inspetor técnico do quadro de pessoal da ex-Inspeção-Geral das Pescas, com efeitos à data do despacho, ficando posicionado no escalão 1, índice 510, considerando-se exonerado da anterior categoria a partir da data da aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Abril de 2005. — Pela Directora do Departamento de Administração Geral, a Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Rita Ferreira*.

Louvor n.º 1147/2005. — Tendo a directora de departamento, licenciada Maria Fernanda Luz Guia sido nomeada funcionária do ano de 2002 desta Direcção-Geral, não posso deixar de, publicamente, reconhecer as suas qualidades humanas, a lealdade, a dedicação e a elevada competência profissional sempre demonstradas no desempenho das tarefas que lhe são confiadas.

Considerando que a atribuição desta distinção poderá servir de exemplo e de incentivo a outros funcionários da Administração Pública, entendo que este testemunho de louvor deve ser tornado público.

14 de Março de 2005. — O Director-Geral, *Eurico Monteiro*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 9137/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos artigos 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio minha secretária pessoal, em regime de requisição, Maria Cristina Gonçalves Ferreira, com opção pelas remunerações e outros abonos correspondentes ao cargo de origem.

12 de Março de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

Despacho n.º 9138/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos artigos 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio minha secretária pessoal, em regime de requisição, Maria Leonor Firmino Barandas, com opção pelas remunerações e outros abonos correspondentes ao cargo de origem.

12 de Março de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

Despacho n.º 9139/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos artigos 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio minha secretária pessoal Maria Machado Castelhamo Pulquério.

23 de Março de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações

Despacho n.º 9140/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, destaco para prestar apoio ao meu Gabinete a auxiliar administrativa Maria da Conceição Tavares Branco, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.
2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de Março de 2005.

1 de Abril de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.

Despacho n.º 9141/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, destaco para exercer as funções de apoio técnico ao meu Gabinete a assistente administrativa especialista Maria Gabriela Aveira Pires, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, auferindo pelo serviço de origem a remuneração mensal correspondente à sua categoria, acrescida da diferença, a suportar pelo orçamento do meu Gabinete, para o valor equivalente a 90 % da remuneração fixada na alínea *d*) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 25/88, de 30 de Janeiro, com direito à percepção dos respectivos subsídios de férias e de Natal.
2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de Março de 2005.

1 de Abril de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.

Despacho n.º 9142/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, destaco para exercer as funções de apoio técnico ao meu Gabinete a assistente administrativa especialista Maria Clara de Jesus Almeida Viegas, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, auferindo pelo serviço de origem a remuneração mensal correspondente à sua categoria, acrescida da diferença, a suportar pelo orçamento do meu Gabinete, para o valor equivalente a 90 % da remuneração fixada na alínea *d*) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 25/88, de 30 de Janeiro, com direito à percepção dos respectivos subsídios de férias e de Natal.
2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de Março de 2005.

1 de Abril de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.